



A PANDEMIA DO COVID-19 E A EXPANÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL DA TERCEIRA VIA: POR QUAL SOCIABILIDADE DEVEMOS LUTAR?

FERREIRA, Deyvid Braga¹
PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima²
DA SILVA, Aluerlla Pereira³

Grupo de Trabalho (GT1): Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades

RESUMO

Este recorte busca analisar o avanço do projeto educacional da terceira via, que ganhou força no cenário pós-pandêmico, apresentando-se como a única saída possível neste momento crítico que assolou a humanidade. Para desvelar tal problemática, foi realizado um trabalho de pesquisa qualitativo com revisão bibliográfica. Os resultados obtidos revelaram que o trabalho docente está cada vez mais subserviente aos ditames do capital, corroborando com a perpetuação do projeto de sociabilidade da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Pedagogia Hegemônica. Trabalho Docente. Terceira Via.

INTRODUÇÃO

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança nos hábitos e estilos de vida das/nas diferentes gerações de uma mesma família. Todos, de uma forma ou outra, estão ou buscam estar conectados, utilizando-se dos vários meios/formas de comunicação para que possam interagir, sendo uma cena comum nas famílias –, os casais ou os pais e seus filhos –, a comunicação por meio das redes sociais, mesmo que todos estejam a poucos centímetros uns dos outros.

Isso ocorre por que nesta nova engenharia familiar, compostas por “nativos digitais” e “imigrantes digitais”, a facilidade e/ ou necessidade na utilização dos meios digitais de comunicação, tais como: *televisão, videogames, computadores, celulares, tablets...*; torna-se sua marca mais característica (Prensky, 2001).

¹ Faculdade Raimundo Marinho (FRM/AL). E-Mail: deyvidbrafe@bol.com.br

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: lane.palmeira@fda.ufal.br

³ Centro Educacional Infantil Profª Vilma Vieira de Melo. E-mail: aluerllaps@gmail.com





Entretanto, em dezembro de 2019 com o advento da SARS-COV-2, toda a sociedade fora obrigatoriamente “incluída digitalmente” no mundo remoto, onde fazer-se presente fisicamente mostrava-se um sonho cada vez mais distante.

Nosso trabalho é um recorte de uma pesquisa em andamento, que busca analisar como o capital, através da mobilização dos organismos internacionais de promoção de seu ideário e do fomento a seu projeto de sociabilidade – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), além da gigante em TIC Microsoft –, alardeiam que, promovendo e acelerando, em nível mundial a inserção e imersão do *on-line*, aliada à subserviência do trabalho docente aos ditames do capital e das políticas neoliberais da terceira via, haverá uma maior e melhor qualidade de vida e ensino para todos, indistintamente... Mas os dados parciais, nos mostram que não foi isto que aconteceu.

OBJETIVO

Compreender a expansão do projeto educacional da terceira via, que propõe a subserviência do trabalho docente aos ditames do capital e das políticas neoliberais, no cenário pós pandemia em 2019 do SARS-COV-2, corroborando com a perpetuação do projeto de sociabilidade da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil é um país continental, composto por 27 entes (26 estados e o distrito federal) e mais de 5.000 (cinco mil) municípios que refletem, cada qual, realidades educacionais distintas e utilização das TIC's de formas variadas. As desigualdades sociais, das diferentes regiões aliadas às parcas condições econômicas da população, principalmente estrem as classes mais carentes, já alijavam o acesso à educação, quiçá, agora, as TIC, visto que para as grandes empresas transnacionais somos vistos “como meros consumidores” de suas mercadorias, não importando a idade, priorizando a venda, e consequente o lucro para com seus produtos.





E toda esta situação é agudizada com a pandemia de SARS-COV-2, que traz/legitima uma crescente onda de demissões pelo mundo afora, o aumento desenfreado nas políticas de privatizações, da precarização cada vez maior do trabalho docente pela redução das conquistas trabalhistas e do socorro ao capital privado nas crises cíclicas do capital, cada vez mais se propaga a tese da “responsabilidade social”.

Conforme GIDDENS (2000), a terceira via é um modelo ideológico de fomento as “práticas sociais”, onde o Estado vai paulatinamente transferindo suas obrigações/ funções à sociedade civil (ONG's, empresas, mídia, associações, fundações, escolas...) com o fito de obter um consenso ideológico de manutenção do projeto de governança burguês, conformando ideologicamente uma extensa gama de pessoas, com a normalidade da perda/ expropriação de seus direitos.

Através desta prática ideológica (a terceira via) o Estado busca incutir no imaginário que para preservar seus empregos, sempre que haja qualquer das crises cíclicas por qual passa o capital, o docente deverá defender o projeto neoliberal de sociedade, mesmo que seja necessário retirar direitos e garantias arduamente conquistadas!

Entretanto, tais atos possuem a intencionalidade da busca pelo consenso, perpetuando o atual projeto societário, na tentativa de calar a voz daquele que pode lutar contra hegemonicamente e, através do ensino, promover uma toma de consciência e tentar convencer o outro, que não seja justificável a exploração do homem pelo próprio homem em pleno século XXI. Isso ocorre em nossa sociedade, pois mesmo em tempos de pandemia continua-se defendendo com fervor o neoliberalismo; que é um corpo teórico de ordem político-econômica, capitalista, que defende a não ingerência Estatal na economia, pregando que “a mão invisível do mercado” é auto regulatória, e que quanto maior for à liberdade do mercado, maior será o desenvolvimento econômico-social do País. Seu corpo teórico vem pregar um Estado mínimo, enxuto e competitivo; pouca ou nenhuma intervenção governamental na economia e no mercado de trabalho; globalização dos capitais transnacionais e privatização das empresas públicas do estado, além de flagrante oposição à tributação dos capitais.





Como exemplo, temos as edições da Medida Provisória nº 1045/2021⁴ e da Medida Provisória nº 1046/2021⁵ que sob o argumento da “preservação de empregos”, alijou e desguarneceu trabalhadores da educação (e em âmbito geral) nos momentos que mais precisavam de proteção!

Dentro do atual cenário global pós COVID 19, que mostrou uma agudização das tensões sociais, uma agudização das lutas de classe e o crescimento vertiginoso do desemprego como é possível admitir a exploração do homem pelo próprio homem?

No âmbito deste cenário, é muito mais prático a culpabilização da crise incidir sobre os direitos conquistados pelos trabalhadores que organizados em sindicatos, vinham obtendo antes da SARS-COV-2 nas mesas/rodadas de negociação com seus patrões burgueses, sensíveis avanços trabalhistas. Aqueles que resistem e “teimam” em assumir sua função de contribuir para a formação da consciência crítica de seus alunos são hostilizados e até criminalizados por ousarem agir não no sentido da domesticação; mas de sua emancipação.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teóricos – doutrinários para refletimos acerca dos desafios da inclusão digital no Brasil que agudizam-se em dezembro de 2019 com a pandemia de SARS-COV-2, e a expansão do projeto educacional da terceira via neste cenário.

Ancorados no materialismo histórico, observamos que o trabalho docente está cada vez mais subserviente aos ditames do capital, corroborando com a perpetuação do projeto de sociabilidade da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas.

4 Por meio desta Medida Provisória, o governo continuou com seu “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego”, cujo escopo foi à permissividade às empresas de realizarem acordos (sem a obrigatoriedade da presença do sindicato classista) para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho.

5 Com esta Medida Provisória, flexibilizaram-se as regras sobre tele trabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e a antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho e o adiamento do recolhimento do FGTS.





RESULTADOS

Conforme dados do INEP (2024), de um modo geral, os estudantes do ensino médio foram os mais afetados, pois se a evasão escolar em 2020 foi de 2,3%, em 2021 saltou para 5%, onde os alunos matriculados no início do ano letivo escolar, simplesmente não frequentaram mais as escolas. Se pensarmos por região, o norte e nordeste ficaram com taxas de evasão próximas de 10%

E com isso, sobrepõem as políticas de precarizam do trabalho docente, a falta de estrutura escolar, além do parco e insuficiente investimento em políticas públicas. Pois, se não tem alunos, por que investir? Se o conteúdo é on-line, por que o estado manter toda a sua estrutura? Por que não privatizar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de sociabilidade burguesa, no lastro histórico, chega vitorioso ao século XXI, pois grande parte da população mundial aceita as relações de dominação e subserviência impostas pela classe dominante, como a única forma plausível de convivência social frente às crises cíclicas por que passa o capital. Os docentes devem, a partir da toma de sua real consciência e papel na sociedade, demonstrarem sua insubmissão aos ditames da classe dominante e as ingerências do capitalismo na economia, representando a única esperança de estabelecimento de uma pedagogia de contra hegemonia.

Nas últimas décadas, os índices de empobrecimento, deterioração social e as consequentes transformações da burguesia que transmuta a forma como a sociedade deve cada vez mais compreender a vida e o mundo em que se vive em especial no Brasil e na Ameríndia, tem relação direta com a precarização do trabalho, o desmonte no investimento escolar e a expansão do projeto de sociabilidade burguesa, situação que se agravou durante a pandemia de sars-cov-2 e continuamos sentindo seus reflexos hoje em dia.

A partir dessa ótica, os resultados parciais deste trabalho nos mostraram que fora relegado a coadjuvância a voz/ o dizer do trabalho docente, silenciando/culpabilizando os/as profissionais da educação por quaisquer óbices ou insucessos neste projeto hegemônico da terceira via.





Sob a desculpa de expansão do conhecimento on-line, houve uma precarização do trabalho docente, alijando não só suas condições de trabalho, mas a voz docente: nem antes, nem agora, tampouco depois foi-lhes dada a palavra. Para nós, a única saída possível é que nós, docentes, assumamos sempre uma postura crítica, fazendo da prática educativa uma instância de luta contra todos os mecanismos de opressão impostos pela classe dominante e seu projeto de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acessado em 12 de agosto de 2025.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: Consolidação do projeto neoliberal na América latina. Brasil e Venezuela**. Maceió: EDUFAL, 2004.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.





PRENSKY, M.: **Digital Natives Digital Immigrants**. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001).

PRIOSTE, C.; RAIÇA, D. **Inclusão digital e os principais desafios educacionais brasileiros**. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 21, n. esp.1, p. 860- 880, out/2017a.

PRIOSTE, C. **O homo zappiens e o uso dos dispositivos televisuais: possíveis impactos no processo de alfabetização**. Conhecimento & Diversidade, Niterói, v.9, n.18, p. 73 88, jul/set.2017b.

